Rectificação n.º 1300/2006

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 5175/2006 (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 85, de 3 de Maio de 2006), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Valério Fernandes Habdine Hajezy» deve ler-se «Valério Fernandes Habdyne Hajezy».

9 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Rectificação n.º 1301/2006

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 2018/2006 (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 34, de 16 de Fevereiro de 2006), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Eugenio Mendes Miranda» deve ler-se «Eugenio Ramos de Miranda».

9 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Rectificação n.º 1302/2006

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 4670/2006 (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 74, de 13 de Abril de 2006), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Raquel da Silva Delgado Martins» deve ler-se «Raquel da Sivia Delgado Martins».

9 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Rectificação n.º 1303/2006

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 5759/2006 (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 93, de 15 de Maio de 2006), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Bambadinca» deve ler-se «Fá Mandinga».

9 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Rectificação n.º 1304/2006

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 5134/2006 (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 83, de 28 de Abril de 2006), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Idalina Fortes Semedo Tavares» deve ler-se «Idalina Fortes Silva Semedo Tavares».

9 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Rectificação n.º 1305/2006

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 8388/2005 (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 187, de 28 de Setembro de 2005), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Luanda» deve ler-se «Icolo e Bengo».

9 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Rectificação n.º 1306/2006

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 10/2004 (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 1, de 2 de Janeiro de 2004), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «1948» deve ler-se «1947».

10 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Departamento Geral de Administração

Despacho (extracto) n.º 16 931/2006

Maria do Rosário Prata, conselheira técnica principal na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas — despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 21 de Julho de 2006 determinando o termo da comissão de serviço e a consequente cessação de funções do referido cargo em 31 de Outubro de 2006.

2 de Agosto de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu.*

Despacho (extracto) n.º 16 932/2006

Alda Maria Pereira Oliveira, conselheira técnica na Delegação Permanente junto da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico — OCDE, em Paris — despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 31 de Julho de 2006 determinando o termo do contrato administrativo de provimento e a consequente cessação do referido cargo em 31 de Outubro de 2006.

2 de Agosto de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu.*

Despacho (extracto) n.º 16 933/2006

Constança Urbano de Sousa, docente, despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 19 de Julho de 2006 autorizando a sua contratação para exercer o cargo de conselheira técnica principal na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas.

2 de Agosto de 2006. — A Directora-Adjunta do Departamento Geral de Administração, *Rosa Batoréu.*

Instituto Camões

Despacho (extracto) n.º 16 934/2006

Por meu despacho de 18 de Julho de 2006, na sequência de concurso interno de acesso misto aberto pelo aviso n.º 5687/2005, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 109, de 7 de Junho de 2005, e atento o disposto no n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, foi Ana Clara Santos de Oliveira nomeada assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Instituto Camões. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Agosto de 2006. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso.*

Despacho n.º 16 935/2006

Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 7.º, 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e tendo presente os fundamentos e as conclusões da acta final do processo concursal de selecção, iniciado com a publicação de aviso no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 38, de 22 de Fevereiro de 2006, no jornal *Público,* do dia 27 de Fevereiro, e na bolsa de emprego público, do dia 1 de Março, nomeio a licenciada Eunice Paiva de Oliveira Santos, técnica superior principal do quadro de pessoal do Instituto Camões, para exercer, em comissão de serviço, pelo período de três anos, as funções de chefe de divisão de Acção Cultural deste Instituto, por considerar que, face à sua formação académica e profissional, bem como à já vasta experiência profissional no âmbito da programação, produção e coordenação de actividades e projectos culturais, aliada aos sólidos conhecimentos sobre conceptualização e operacionalização da acção cultural externa, reúne os requisitos de aptidão, capacidade e competência técnicas para o exercício do cargo.

8 de Agosto de 2006. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso.*

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — Eunice Paiva de Oliveira Santos;
Naturalidade — Almada.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Ingleses e Alemães, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1988).

Formação profissional:

Participou em várias acções de formação na área da gestão e marketing cultural, modelos organizacionais e modernização administrativa, designadamente: Seminário de Alta Direcção em Administração Pública (INA); Cultura, Factor de Criação de Riqueza; Elaboração de Projectos Culturais e Fontes de Financiamento; As Fontes de Informação da União Europeia — Fundos Comunitários e Programas na Área da Cultura e da Cooperação; Como Organizar Uma Exposição — Gestão de Projectos Artísticos; Marketing para as Artes e Cultura; Organizações, Cultura & Artes; Os Centros Culturais e o Instituto Camões — Novos Rumos da Política Cultural Externa.

Experiência profissional:

Em 1991 iniciou actividade no Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo exercido funções de assessoria técnica na Direcção de Serviços das Relações Culturais Bilaterais;

Em 1995, transitou para o Instituto Camões (IC), onde exerceu funções de assessoria técnica na área das relações culturais externas;

Em 1998, inicia funções na carreira técnica superior no quadro do IC, afecta à Divisão de Acção Cultural (DAC), tendo vindo a assegurar, em particular, o estudo, avaliação e acompanhamento regular dos planos de actividades anuais propostos pelos conselheiros culturais, pelas missões diplomáticas e postos consulares portugueses no estrangeiro; a planificação e gestão do orçamento a afectar aos projectos acompanhados pela DAC, a elaboração de pareceres técnicos sobre projectos e acções culturais propostos por entidades diversas no domínio das artes plásticas, música, fotografia, literatura, artes performativas e cinema, a organização, coordenação e acompanhamento da participação do IC em acções culturais no estrangeiro, em articulação com outros organismos, designadamente as Bienais de São Paulo e Rio de Janeiro e as Feiras do Livro (v. g. Turim 2006, Genebra 2001, Paris 2000, Casablanca 1999); Encontros de Escritores; Concertos e Festivais de Cultura; produção de catálogos e coordenação executiva de exposições com destaque para De Dentro — V Glup, Estampa — Salón Internacional del Grabado y Ediciones de Arte Contemporânea; Portugal Encontra a China — Testemunhos de Uma Convivência; Cinco Pintores da Modernidade em Portugal; Pratas Portuguesas e Novos Viajantes.

Outras qualificações e trabalhos realizados:

Acompanhou os processos de construção e ou remodelação e apetrechamento dos IC — Centros Culturais Portugueses em Paris, Brasília, Maputo e Luanda;

Assegurou a preparação e acompanhamento da programação cultural definida para a Presidência Portuguesa da União Europeia 2000 no estrangeiro;

Concepção, desenvolvimento e gestão de projectos com recurso ao Programa MS PROJECT.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Secretaria-Geral

Aviso n.º 8734/2006

Concurso n.º 5/2006 — Concurso interno de acesso geral para o preenchimento de um lugar de assistente administrativo principal da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho de 4 de Julho de 2006 do secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contado a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno de acesso geral para preenchimento de um lugar de assistente administrativo principal da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, constante no anexo I à Portaria n.º 1256/95, de 24 de Outubro.

2 — Prazo de validade — o presente concurso visa o provimento do lugar mencionado, esgotando-se com o respectivo preenchimento.

3 — Local de trabalho — Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, sita na Avenida da Ilha da Madeira, 1, 3.º, em Lisboa.

4 — Requisitos especiais de admissão — poderão candidatar-se os funcionários que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas, sejam assistentes administrativos com, pelo menos, três anos na categoria classificados, no mínimo, de *Bom,* nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

5 — Métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

5.1 — A avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção serão efectuadas nos termos, respectivamente, dos artigos 22.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

5.2 — O local, a data e a hora de realização da entrevista profissional de selecção serão divulgados nos termos do n.º 1 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

5.3 — A classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética simples das classificações obtidas nos dois métodos de selecção referidos, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

5.4 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta da primeira reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

6 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do júri do concurso, podendo ser entregue pessoalmente na Secção de Expediente e Arquivo da Secretaria-Geral, sita na Avenida da Ilha da Madeira, 1, 3.º, 1400-204 Lisboa, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, considerando-se entregues dentro do prazo os documentos expedidos pelos CTT até ao limite do prazo fixado.

7 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão conter os seguintes elementos:

a) Identificação (nome, estado civil, número e data do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone);

b) Menção expressa da natureza do vínculo, do quadro de pessoal a que pertence e da categoria que detém;

c) Referência ao concurso a que se candidata;

d) Data e assinatura.

8 — Documentos a juntar ao requerimento:

a) Currículo profissional detalhado e actualizado, do qual devem constar, designadamente, as habilitações literárias e as funções que exercem, bem como as que exerceram, com a indicação dos respectivos períodos de permanência, as actividades relevantes e a participação em tarefas específicas, assim como a formação profissional detida (cursos, estágios, especializações e seminários, indicando a respectiva duração, as datas de realização e as entidades promotoras);

b) Fotocópia do certificado das habilitações literárias;

c) Fotocópias dos certificados das acções de formação profissional;

d) Declaração, devidamente actualizada (data reportada ao prazo estabelecido para a apresentação das candidaturas), emitida pelo serviço de origem a que pertence, que comprove, de maneira inequívoca, a categoria de que o candidato é titular, a existência e a natureza do vínculo, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como as avaliações de desempenho nos anos relevantes para efeitos de concurso;

e) Requerimento dirigido ao júri do concurso, a efectuar apenas pelos candidatos que não tenham sido objecto de avaliação de desempenho no(s) ano(s) relevante(s) para o concurso, solicitando, ao abrigo do artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, suprimento da avaliação de desempenho relativamente ao(s) período(s) em falta, através de ponderação curricular, nos termos do artigo 19.º do mesmo diploma.

9 — Aos candidatos da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional é dispensada a apresentação dos documentos comprovativos que se encontrem arquivados no respectivo processo individual, cabendo à Secção de Pessoal a sua remessa oficiosa ao júri do concurso.

10 — A não apresentação do documento referido na alínea *d*) do n.º 8 deste aviso determina a exclusão do concurso.

11 — A relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas na Repartição de Administração Geral da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.

12 — Composição do júri:

Presidente — Carlos Manuel Gomes Cândido, assessor.

Vogais efectivos:

Aurora Mariana Luísa Tavares Pereira, chefe de secção, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos.

Maria de Lurdes Plácido Veloso Ressurreição, chefe de secção.

Vogais suplentes:

Lídia dos Anjos Cardoso de Matos, chefe de secção.

Maria Fernanda Tavares Completo Ferreirinha, chefe de secção.

13 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação (despacho conjunto n.º 373/2000, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000).

27 de Julho de 2006. — O Secretário-Geral, *Luís Augusto Sequeira.*

Aviso n.º 8735/2006

Concurso n.º 8/2006 — Concurso interno de acesso geral para o preenchimento de um lugar de técnico profissional especialista principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho de 4 de Julho de